

Boa Vista, quarta-feira, 09 de outubro de 1996 - 17

Waimiri-atroari fecham estrada no AM

Os índios fecharam o acesso a maior mina de cassiterita do mundo.

O minério é escoado por uma estrada que corta as terras da reserva

Se não pagar não passa. Com esse ultimato, os índios da tribo Waimiri-atroari fecharam anteontem a estrada de acesso a maior mina de cassiterita do mundo, a mina de Pitinga, no estado do Amazonas.

A mina pertence a Paranapanema, a mega-empresa de metais não-ferrosos formada no início do ano por fundos de pensão da Vale do Rio Doce, Petrobrás e Banco do Brasil.

O minério extraído de Pitinga responde por dois terços do abastecimento da Paranapanema, que produz anualmente 15 mil toneladas de estanho.

A mina fica 300 quilômetros ao norte de Manaus, na divisa da reserva demarcada dos 705 índios Waimiri-atroari. O minério é escoado por uma estrada que corta 45 quilômetros das terras da reserva, até atingir a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista.

A decisão da tribo foi tomada depois de uma frustrada tentativa de negociação com os novos controladores da Paranapanema, em relação ao valor pago pela empresa para atravessar as terras indígenas, uma espécie de pedágio.

"Temos com a Fundação Nacional do Índio (Funai) um contrato de licença parapassagem pela reserva e um acordo de doação a fundação dos Waimiri-atroari, pelo qual pagamos R\$ 16 mil por mês, mais carros, equipamentos e atendimento médico no hospital de Pitinga. Da Eletro Norte, eles recebem outros R\$70 mil mensais", afirma

Ricardo Dequesch, diretor da área de estanho da Paranapanema.

Negociações

Com a troca de controle acionário da empresa, que pertencia à família Lacombe, os índios quiseram a revisão do acordo. "Eles pediram um valor cinco vezes maior, e nos achamos que era muito. Nossa proposta era uma quantia equivalente aos juros do valor de R\$ 1,6 milhões pago de uma só vez pelo governo federal por outra estrada que também corta a reserva. Daria cerca de R\$ 20 mil por mês", diz Dequesch.

Complicado demais para os índios, que pedem algo bem mais simples e que eles poderão controlar. Da mina saem mensalmente 200 caminhões de cassiterita.

Eles querem o equivalente a um caminho por mês, o que daria cerca de R\$ 76 mil mensais. "Eles estão pedindo perto de 0,5% do valor do minério extraído, algo bem menor que os 2% normalmente exigidos das mineradoras pelos proprietários da terra onde elas estão atuando", afirma Porfírio Carvalho, indigenista e funcionário aposentado da Funai que está entre os Waimiri-atroari desde os primeiros contatos com a tribo, nos anos 70.

Um contato difícil, marcado por muitas mortes diante da resistência da tribo que, até hoje, é uma das poucas que conseguem manter garimpeiros invasores afastados de suas terras.

Fundos de pensão

Para Carvalho, os fundos de pensão erraram em comprar uma empresa que tinha pendências jurídicas em relação a sua principal mina.

Os Waimiri-atroari reclamam a área de 526,8 mil hectares ocupada pela Paranapanema,

que fazia parte da terra imemorial desse povo indígena, e por isso garantida a eles pela Constituição.

No entanto, na demarcação, os limites da reserva de 2,58 milhões de hectares foram somente até a fronteira das terras para as quais a Paranapanema tinha alvará.

As reclamações dos índios em relação aos limites de suas terras vem desde os anos 80 e, para Carvalho, os fundos deveriam ter se informado sobre o problema.

O presidente da Previ, Luiz Vasconcellos, preferiu não entrar nessa polêmica. "Assumi a presidência da Previ em junho e a holding Paranapanema foi criada pela gesto anterior, no início deste ano", diz ele.

A holding nasceu com a compra, pelos fundos de pensão, da Paranapanema, maior produtora de estanho, Caraíba Metais, única produtora nacional de cobre eletrolítico, Paraibuna, produtora de zinco, e Eluma, produtora de laminados de cobre.

"A holding tem gesto profissional e a nós da Previ cabe cobrar resultados dessa reestruturação do setor de não-ferrosos", diz Vasconcellos.

Os fundos deveriam, principalmente, ter sido mais flexíveis nas negociações em relação a estrada que passa pela reserva, diz Carvalho.

Os antigos controladores não tiveram tanto problema até porque, nos anos 80, a Paranapanema não precisava explorar a mina de Pitinga.

Sua grande fonte de fornecimento era o garimpo de Bom Futuro, em Ariquemes, Rondônia, onde ela se tornou o único comprador do exército de 13 mil pessoas que garimpavam na área.

Hoje este garimpo de alívio está em decadência.

- Boa Vista, quarta-feira, 09 de outubro de 1996

Países desistem de regime para o Mercosul

Os governos da Argentina e do Brasil desistiram de criar um regime automotivo único para o Mercosul, que estava previsto no Tratado de Ouro Preto para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2000.

A Folha de S.Paulo apurou que ambos os governos preferem abolir as regras e incentivos que protegem as indústrias automotivas de cada país e implementar o livre comércio a partir do ano 2000.

A idéia foi discutida ontem, durante reunião de negociadores brasileiros e semelhantes aos investidores no setor, o Brasil criou o seu regime em junho de 1995. O texto do regime único seria escrito até o final de 1997.

A eliminação do regime automotivo comum seria definida no contexto do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Portanto, depende da aprovação dos demais sócios do bloco, Paraguai e Uruguai.

Flechas

“Cansei de dizer a Paranapanema que, mesmo se ela ganhasse na Justiça, estaria perdendo. Você atravessaria de carro as terras dos Waimiri-atroari depois de ter brigado com eles? Com suas flechas de ponta de ferro, eles são exímios atiradores”, diz Carvalho.

O diretor da Paranapanema acha que há exagero em tudo isso. “Ja estive com os índios e eles estão aculturados,” afirma Dequesch. A empresa não pensa em retirar da área o contingente de 2,5 mil empregados e seus familiares.

Os índios deram prazo de três dias para os empregados deixarem a mina, usando a estrada. Depois disso ninguém mais passa. A empresa, no entanto, pode utilizar o campo de pouso, se for o caso.